

...continua...

Na Universidade Estadual de Campinas, a avaliação da Adu-nicamp é que houve uma greve de resistência, que acabou sendo importante no conjunto da mobilização e para quebrar a intransigência dos reitores: se a adesão foi restrita, poucas vezes pudemos notar tanta força e determinação como neste ano; os que aderiram demonstraram uma firmeza e convicção políticas admiráveis. Para o STU, a greve entre os servidores enfrentou dificuldades em função da categoria mostrar-se relativamente dividida, por conta do processo de implantação da Carreira. Ainda assim, foi registrada uma greve forte em muitas unidades expressivas (na área da saúde, a adesão foi intensa) e, depois de um recuo do movimento em 05/07, o retorno à greve na reta final das negociações foi muito importante.

Para a Adusp, o movimento neste ano deparou-se com condições muito desfavoráveis. Entretanto, avalia que travamos uma luta digna, numa perspectiva cidadã, que uniu docentes, alunos e funcionários na defesa de salários e de mais recursos para a educação superior pública, contextualizada na defesa dos serviços públicos em geral. Para o Sintusp, esta foi a maior paralisação da história da USP e os funcionários da instituição cumpriram seu papel na luta em defesa da universidade pública. Protagonizaram uma greve combativa e politizada, com conquistas importantes, que ganhou espaço na mídia e levou a questão da educação pública superior às ruas, à Assembléia Legislativa e ao Palácio dos Bandeirantes, demonstrando a responsabilidade do governo na política de sucateamento e privatização das universidades.

Docentes, funcionários e estudantes... uma só luta

A forte unificação entre os três segmentos da comunidade universitária, através do Fórum das Seis, foi outro fruto valioso da greve. A luta conjunta manteve e ampliou os laços de solidariedade entre docentes, estudantes e funcionários, representando um importante avanço de consciência política. Este foi e será, nas lutas que virão, um elemento essencial para novas conquistas. A greve termina, mas a luta continua!

Avançar na luta
Os desafios do segundo semestre

Em suas reuniões pós-greve, o Fórum das Seis tem realizado um amplo debate sobre as perspectivas do movimento para o segundo semestre. Foram discutidas as estratégias para a continuidade das negociações com o Cruesp, que terão como prioridade a expansão de vagas, a contratação de professores e funcionários, a assistência estudantil e a reforma universitária. Uma primeira reunião já ocorreu em 31 de agosto (veja matéria ao lado).

Também serão articuladas ações visando o debate sobre as reformas universitária e sindical/trabalhista, Lei de Responsabilidade Fiscal, manutenção da intervenção na Assembléia Legislativa (durante a LO), combate à sonegação fiscal, denúncia junto às prefeituras sobre os danos causados pelo decreto nº 48.034 (que isenta do ICMS as compras feitas pelo estado), entre outras.

Mobilização na LO

Em setembro, começam as discussões sobre a Lei Orçamentária (LO/2005) na Assembléia Legislativa. A LO traduzirá em números concretos tudo o que foi aprovado na LDO. Por isso, ainda é possível remanejar recursos de um setor para outro. Fique atento às convocações e participe!

Produto da luta

Reajuste acumulado desde março 2000 é de 73%

Nos últimos anos, poucas foram as categorias que conquistaram reajustes salariais significativos. Os servidores e docentes das universidades estaduais paulistas estão entre elas. Como mostra o quadro abaixo, que toma como exemplo o salário de um professor-doutor (MS-3), de março/2000 a janeiro/2005 receberemos um índice acumulado de, aproximadamente, 73% (considerando 1,6% como sendo a estimativa do reajuste em janeiro/05).

É claro que ainda temos muito por conquistar. Nosso salário real médio em 1989, por exemplo, era 49% maior do que aquele que recebemos em 2003. Sem as greves que protagonizamos de 2000 para cá, no entanto, o arrocho estaria insustentável. Es-

tas conquistas são a prova irrefutável de que a greve continua sendo um instrumento de luta indispensável aos trabalhadores.

Salário de professor-doutor em RDIDP				
Data	Reajuste (%)	Reaj. acumulado (%)	Salário (R\$)	Diferença acumulada (R\$)
Abril/00	-----	-----	2.928	-----
Mai/00	7,00	7,00	3.133	205
Jun/00	3,97	11	3.257	329
Out/00	6,70	19	3.475	548
Jan/01	4,90	25	3.645	718
Mai/01	6,00	32	3.864	937
Mai/02	8,00	43	4.173	1.246
Mai/03	14,45	63	4.776	1.849
Mai/04	2,00	66	4.872	1.944
Ago/04	2,14	70	4.976	2.049
Jan/05	-1,6	- 73	-5.055	-2.128

Desconto da habitação

De acordo com o artigo 3º da lei 6.556, de 30/11/89, a alíquota do ICMS foi aumentada em 1%, sendo que a lei determinava sua destinação para planos habitacionais. Embora os municípios venham recebendo os 25% que lhes cabem desse acréscimo de arrecadação, para as universidades o governo efetua o desconto da habitação antes de fazer o cálculo do valor que lhes é repassado, alegando que se trata de

um valor com destinação específica.

Em 17 de setembro de 2002, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou como inconstitucional esse fato. A estimativa é que as universidades vêm tendo uma perda global de, aproximadamente, 1,5%.

Temos cobrado regularmente dos reitores que tomem iniciativas para reaver esse valor. O Fórum das Seis, contudo, já está estudando as providências cabíveis para fazer valer a deliberação do STF em relação às universidades.

Estudantes tiveram participação ativa na greve

Além de apoiar ativamente a greve de servidores e docentes, os estudantes das três universidades e do Centro Paula Souza protagonizaram atos de grande visibilidade. Eles foram fundamentais nas passeatas, atos públicos e outras manifestações da campanha salarial, na luta por mais verbas na LDO etc.

Em vários momentos, realizaram atividades próprias, como foi o caso da ocupação das reitorias da Unesp e Unicamp, da organização do encontro de públicas em Campinas, e da ocupação de cursos de MBA's na USP. "No decorrer da greve, o DCE-Livre da USP organizou atos políticos em protesto à presença das fundações e de cursos pagos na Universidade, como é o caso da FEA, POLI e FAU", conta Antônio David, diretor da entidade. Ele ressalta que há mais de 30 fundações na USP e que elas constituem, hoje, uma forma velada de privatização da universidade, verdadeiras "sanguessugas" do ensino público, pois utilizam a infra-estrutura, recursos humanos e professores da casa para o oferecimento de cursos pagos.

Rafael Del'Omo, aluno do campus da Unesp de Marília e integrante do Comando Geral de Greve dos Estudantes, diz que o movimento foi muito importante, particularmente pela forte unificação entre os três segmentos. "Por isso, a conquista salarial de professores e funcionários também é dos estudantes". Assim como nas outras duas universidades, na Unesp já tiveram início as negociações específicas - outra conquista da greve -, com o objetivo de debater a expansão de vagas, contratação de professores e funcionários, melhorias na assistência estudantil, entre outras.

Na LDO, a participação dos estudantes foi decisiva. Além de ocupar o plenário diariamente, eles montaram um acampamento na frente da Assembléia Legislativa, o que contribuiu para que as reivindicações (mais verbas para USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza) ganhassem visibilidade na imprensa. "O movimento estudantil, ao lado de servidores docentes e não-docentes, estará presente novamente na LDO 2005, lutando pela universalização do acesso e pela qualidade do ensino superior público gratuito em nosso estado, exigindo da ALESP que faça valer a sua autonomia e independência em face do governo estadual", finaliza Antônio.



Negociação com o Cruesp tratou de reforma universitária e assistência estudantil

Conforme estava acordado desde o início das negociações na data-base, o Fórum das Seis e o Cruesp reuniram-se no dia 31 de agosto para dar continuidade às discussões dos demais itens da Pauta Unificada de 2004. A reunião, que contou com a presença de representantes estudantis das três universidades, debateu com mais profundidade a reforma universitária e a assistência estudantil. Embora longo (das 16h45 às 23h), o encontro não conseguiu aprofundar o item expansão de vagas, o que deverá ocorrer em reunião posterior.

Sobre a reforma universitária, os reitores afirmaram que, como nós, também tinham discordância em relação ao projeto do governo, mas ressaltaram que, possivelmente, poderão ocorrer ações e táticas diferenciadas de resistência. Diante dessa afirmação, os representantes do Fórum questionaram qual é a posição do Cruesp frente ao Documento - II do MEC, Programa Universidade para Todos (ProUni), Sistemas de Cotas (projeto de lei federal e projeto-de-lei 530/04, que tramita na Alesp), Sistema de Avaliação (Sinaes), Fundações e Inovação Tecnológica.

Os reitores criticam, principalmente, a destinação de orçamento público para a iniciativa privada e que as diretrizes esboçadas no Documento II do MEC representariam, na prática, romper com autonomia universitária. O professor Brito, reitor da Unicamp, considera que há aspectos positivos na Inovação Tecnológica. Já o professor Trindade, reitor da Unesp, apontou que a autonomia para as universidades federais, bem como a criação de fundos para o investimento, pareciam ser interessantes.

O Fórum denunciou que o governo estava apresentando seu projeto de reforma de maneira fadada, mas que seria equivocado abordá-lo da mesma forma, sendo necessário resistir ao projeto como um todo. Os reitores disseram que concordam com essa visão, mas que este deve ser discutido de forma mais ampla junto à comunidade acadêmica e à população em geral. Também disseram que pretendem ir a Brasília para sensibilizar os deputados a questionar as diretrizes apontadas pelo governo antes que venham consubstanciadas na forma de projetos de lei. Para eles, esse encaminhamento fracionado da reforma, através de projetos de lei e medidas provisórias, pode dificultar a resistência.

Os reitores ressaltaram que, embora as modificações propostas atinjam inicialmente as federais, também portarão consequências para as universidades estaduais paulistas. Eles citaram como exemplo o projeto de lei que tramita na Assembléia Legislativa de SP, propondo um sistema de cotas para alunos oriundos da rede pública e afrodescendentes, o que fere a autonomia das universidades em definir critérios de seleção para o acesso às suas vagas. O Cruesp destaca que é preciso intervir no debate de forma propositiva, visto que há uma aceitação da sociedade a essas iniciativas, porém, não se discute, por exemplo, o aumento do financiamento de políticas para a permanência do estudante na universidade.

As negociações trataram de expansão de vagas, assistência estudantil e reforma universitária. Ao final do debate sobre este tópico, foram acordadas algumas questões: - A elaboração de documentos do Fórum e do Cruesp, em separado, sinalizando a discordância com o projeto do governo, principalmente em relação às formas de financiamento das universidades públicas, que deve ser responsabilidade do estado. - Organização de debates no segundo semestre, procurando englobar posições contrárias e favoráveis ao projeto.

- As universidades paulistas não aderirem ao ENADE. - Ações propositivas no que diz respeito aos projetos de lei, federal e estadual, que tratam de quota, prevendo a destinação de 50% de vagas para estudantes da escola pública e uma fração específica para afrodescendentes (no nosso entender, se isso for definido sem a correspondente ampliação de vagas, significará novamente beneficiar as empresas privadas de ensino superior, porque estará justamente colocando para fora das universidades públicas uma parcela de potenciais "clientes" para este setor).

Assistência estudantil

O Fórum destacou que a demanda por assistência estudantil nas três universidades é crescente, sendo necessário aumento de recursos. Também enfatizou a necessidade de conceituá-la como expressão do pleno exercício do direito à educação e elemento importante no combate à evasão universitária. Portanto, trata-se de um investimento e não de um gasto social, expresso no direito à moradia, alimentação, bolsas, material de estudo e creche. Foram acordadas as seguintes questões: - Concordância, a priori, sobre o conceito de assistência estudantil como mecanismo fundamental para que as universidades viabilizem a permanência e o bom desempenho acadêmico do aluno na universidade; - Inclusão detalhada da assistência estudantil nos orçamentos das universidades; - Buscar aumentar progressivamente a dotação orçamentária necessária para a política de permanência dos estudantes nas universidades, visto que a demanda vem aumentando; - Realização de estudos visando estabelecer, por exemplo, relações entre assistência estudantil, evasão e desempenho acadêmico; - Maior visibilidade dos critérios utilizados na seleção de alunos; - Definição de uma política centralizada com participação, em sua gestão, do segmento envolvido; - Incluir nas reuniões da Comissão Técnica do Fórum com o Cruesp o debate sobre a aplicação de recursos na assistência estudantil nas universidades, com a presença dos estudantes; - Realização de reuniões em cada universidade para tratar de problemas específicos em relação aos itens: moradia, restaurante, bolsas, material de estudo.

Não houve acordo entre Fórum e Cruesp sobre a reivindicação de que o orçamento previsse o atendimento da demanda por assistência estudantil. Contudo, foi aceito que é preciso ter um plano estratégico para atingir este objetivo. Houve divergências sobre a possibilidade de um estudante receber simultaneamente mais de um item de assistência estudantil (por exemplo, auxílio moradia e bolsa de apoio ao estudante). Outra discordância foi quanto à prestação de serviços estritamente por patrimônio e administração públicos. Há interesse dos reitores em parcerias público-privadas e eles alegam, por exemplo que as universidades economizam com a terceirização de restaurantes.

Expansão de vagas

Este tema foi transferido para uma próxima reunião. Mas o Fórum cobrou dos reitores a planilha detalhada, por universidade, demonstrando a aplicação da verba extra cota-parte do ICMS destinada à expansão de vagas. Essa já havia sido solicitada ao Cruesp em negociações anteriores e ainda não nos foi enviada. A reunião foi suspensa e deverá ser remarcada brevemente para tratar deste tema, vinculando à contratação de professores e funcionários.